

Pescas restritas nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia

Portarias mantêm regras que limitam a prática

O governo do Tocantins, por meio do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), publicou as Portarias nº 44/2026 e nº 47/2026, que mantêm as regras para a atividade pesqueira nas bacias hidrográficas dos rios Tocantins e Araguaia, reforçando as medidas de proteção à fauna aquática e o uso sustentável dos recursos pesqueiros no estado.

Regras mantidas

As normativas mantêm as regras já estabelecidas pelas Portarias nº 34 e nº 35/2023, cujas vigências venceram. Com isso, as novas portarias substituem as anteriores.

A Portaria nº 44/2026 estabelece a proibição temporária do transporte de pescado nas modalidades de pesca esportiva e amadora, pelo período de três anos, a partir de 1º de março de 2026, nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia.

Ficam excluídas das proibições a captura e estocagem de pescado exclusivamente para consumo no local da pesca, nas modalidades esportiva e amadora, limitadas à quantidade máxima de até três quilos por pescador devidamente licenciado.

Também é permitido o transporte, nessas modalidades, de um único exemplar de espécie nativa por pescador, desde que respeitados os tamanhos mínimos e máximos estabelecidos nos textos das portarias.



Fernando Alves/Governo do Tocantins

Portarias mantêm limitações para garantir a proteção ambiental dos rios

Pesca profissional

Para a pesca profissional, permanece autorizado o transporte de pescado mediante apresentação da Autorização de Transporte e Comercialização de Pescado, emitida pelo Naturatins, conforme a legislação vigente.

Já a Portaria nº 47/2026 dispõe sobre a proibição da captura, do transporte e da comercialização de determinadas espécies de peixes, além de definir os limites de tamanhos permitidos, conforme a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.

De acordo com a normativa, segue permitida a pesca, desde que respeitados os tamanhos mí-

nimos e máximos estabelecidos para espécies como lambari, pacu e pirarara, entre outras.

Pescas proibidas

Por outro lado, a pesca de algumas espécies permanece proibida, independentemente do tamanho do exemplar. Entre elas estão dourada de couro, rubinho e pacu-dente-seco, além de outras espécies listadas na portaria.

As restrições previstas nas Portarias nº 44 e nº 47/2026 não se aplicam à pesca de caráter científico, desde que previamente autorizada pelo órgão ambiental competente, nem à despesca, ao transporte, à comercialização, ao

beneficiamento, à industrialização e ao armazenamento de pescado oriundo de pisciculturas devidamente licenciadas, mediante comprovação de origem.

Segundo o gerente de Fiscalização do Naturatins, Cândido José, as portarias reforçam o trabalho do órgão ambiental no monitoramento da atividade pesqueira no estado e contribuem para a preservação das espécies.

“Essas portarias mantêm regras importantes para garantir o equilíbrio dos ecossistemas aquáticos e a conservação das espécies de peixes nos nossos rios e lagos”, destacou o gerente de Fiscalização.

Roraima atualiza gestão ambiental

O governo de Roraima apresentou um conjunto de medidas voltadas à modernização da gestão ambiental no estado.

Entre os principais anúncios estão o lançamento do sistema digital para emissão da Certidão Declaratória de Não Sujeição ao Licenciamento Ambiental e a consolidação do novo Código Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovado recentemente.

A ferramenta digital passa a integrar o sistema Simplifica e permite que produtores rurais solicitem e obtenham a certidão de forma automática, sem necessidade de deslocamento até a sede da fundação. A iniciativa busca reduzir burocracias e agilizar o acesso aos serviços ambientais.

Rápido e transparente

De acordo com o chefe do Centro de Análise e Desenvolvimento de Sistemas da Femarh, Ronald Daniel, a plataforma foi criada para ampliar o acesso dos produtores aos serviços da fundação e tornar o processo mais rápido e transparente.

“O produtor realiza o cadastro no sistema, seleciona sua propriedade e informa a atividade desenvolvida. Em poucos minutos o documento é gerado automaticamente, com dados integrados às bases federais e imagens atualizadas por satélite”, explicou.

A certidão é destinada a proprietários de imóveis rurais que desenvolvem atividades agrícolas ou pecuárias classificadas como não sujeitas ao licenciamento ambiental, conforme a legislação vigente.

Durante o evento, o governador Antonio Denarium (PP) destacou que as iniciativas fazem parte de uma política de modernização e desburocratização da gestão ambiental em Roraima.

Segundo ele, a aprovação do Código Ambiental de Desenvolvimento Sustentável representa um marco para o Estado ao estabelecer novas diretrizes para o licenciamento ambiental, garantindo mais agilidade nos processos e segurança jurídica para produtores e investidores.

“O novo código ambiental traz mais clareza às regras e reduz entraves burocráticos”, afirmou.

Secretários discutem o futuro do desenvolvimento da Amazônia

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) do Amazonas participou, nesta quinta-feira (12), de debates sobre a reconstrução do planejamento público, impactos tributários e estratégias de desenvolvimento regional durante o XCVI Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento, realizado em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

O evento teve início na quarta-feira (11) e segue até esta sexta-feira (13).

O encontro, coordenado pelo Conselho Nacional de Secretários do Planejamento (Conseplan), reuniu gestores e equipes técnicas de todo o país para discutir caminhos voltados ao fortalecimento do planejamento



Rebeca Mota/Sedecti

Simone Tebet participou do evento

governamental, à sustentabilidade fiscal e ao desenvolvimento regional, dentro do tema central desta edição: Impactos Tributários nos Estados.

Representando o titular da Sedecti, Serafim Corrêa, a secre-

tária-executiva de Planejamento, Sônia Gomes, destacou que um dos principais pontos debatidos no evento foi a retomada do planejamento estratégico nacional e o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento público.

Amazônia

Durante o evento, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, destacou o papel estratégico da Amazônia para o desenvolvimento nacional e a necessidade de políticas públicas que conciliem preservação ambiental e geração de oportunidades para a população da região.

“A Amazônia Legal é decisiva para o futuro da humanidade, mas não podemos sacrificar a vida de milhões de amazônidas. Por isso são necessárias políticas públicas específicas, como a proteção à Zona Franca de Manaus e investimentos em infraestrutura logística, como a rota bioceânica, que já começa a ampliar a balança comercial da região, gerando mais emprego, renda e dignidade”, afirmou a ministra.